

Fábio Victor da Fonte Monnerat

Introdução

ao estudo do direito

PROCESSUAL CIVIL

4ª edição
2019

saraiva  *jur*

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	9
<i>Prefácio</i>	27
<i>Nota à 4ª Edição</i>	29
<i>Apresentação da 1ª Edição</i>	33
Capítulo 1 Noções Introdutórias	35
Capítulo 2 O Direito Processual Civil	41
2.1 Direito Processual e Direito Material	41
2.2 Classificação do Direito Processual	44
a) Direito Processual Civil e Direito Processual Penal	45
b) Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho.....	46
c) Direito Processual Civil e Direito Processual Eleitoral.....	47
d) Direito Processual Civil e Direito Processual Constitucional.....	48
e) Direito Processual Civil e o denominado “Processo Administrativo”	49
f) Direito Processual Civil e seu caráter geral e supletivo.....	51
2.3 Fontes do Direito Processual Civil: a norma processual civil e sua consagração.....	51
2.3.1 Normas processuais: conceito e classificação.....	52
2.3.1.1 Espécies de normas processuais.....	53
2.3.2 Fontes do Direito Processual Civil.....	54
a) Constituição Federal.....	59
b) Leis federais.....	61
c) Constituição e leis estaduais	65
d) Regimentos internos dos tribunais.....	67

e) A jurisprudência e os precedentes judiciais como fonte do Direito Processual Civil	68
Capítulo 3 Jurisdição e Demais Meios de Resolução de Litígios....	75
3.1 Da autotutela à jurisdição estatal: os meios de resolução da lide	75
3.1.1 Autotutela: conceito, vedação e admissibilidade excepcional ...	76
3.1.2 Meios consensuais de resolução de litígios.....	78
3.1.2.1 – A resolução do litígio por meio da transação, da renúncia e do reconhecimento jurídico do pedido	78
3.1.2.2 Técnicas de promoção da solução consensual de litígios: mediação e conciliação	80
3.1.3.1 Arbitragem	83
3.1.4 Jurisdição: noções preliminares	85
3.2 Jurisdição: conceito, características e distinção em relação às demais funções do Estado	85
3.2.1 Poder jurisdicional: distinção e relação com as demais funções do Estado	85
3.2.1.1 Função jurisdicional e função executiva	85
3.2.1.2 Função jurisdicional e função legislativa.....	87
3.2.2 Especialmente sobre a função jurisdicional.....	89
3.2.2.1 Características da jurisdição.....	90
Capítulo 4 Tutela Jurisdicional	97
4.1 Tutela jurisdicional: conceito	97
4.2 Classificação da tutela jurisdicional	99
4.2.1 Tutela jurisdicional de conhecimento e tutela jurisdicional executiva	99
a) Tutela jurisdicional de conhecimento.....	99
a.1) Subclassificação da tutela jurisdicional de conhecimento: tutela meramente declaratória, tutela constitutiva e tutela condenatória	100
b) Tutela jurisdicional executiva.....	104
4.2.2 Tutela jurisdicional provisória e definitiva	111
a) Tutela provisória de urgência: tutela cautelar e tutela antecipada.....	116

a.1) Especialmente sobre os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência	120
b) A tutela de evidência.....	121
4.2.3 Tutela jurisdicional individual e coletiva	123
4.2.4 Tutela jurisdicional contenciosa e voluntária	128
Capítulo 5 Jurisdição e Poder Judiciário.....	131
5.1 Classificação da jurisdição e organização do Poder Judiciário	131
5.1.1 Classificação da jurisdição segundo o grau de jurisdição exercido.....	134
5.1.2 Especialmente sobre a jurisdição de sobreposição e os tribunais superiores no ordenamento brasileiro	137
5.1.3 Classificação da jurisdição segundo a espécie de direito processual e material aplicado	138
a) Jurisdição constitucional e Supremo Tribunal Federal.....	138
b) Jurisdição trabalhista e os órgãos da Justiça especializada com competência para seu exercício	143
c) Jurisdição eleitoral e os órgãos da Justiça especializada com competência para seu exercício	144
d) Jurisdição penal comum e militar e os órgãos da Justiça comum e especializados com competência para seu exercício	146
e) Jurisdição civil e os órgãos da Justiça comum com competência para seu exercício	148
5.2 Quadro de organização do Poder Judiciário	154
Capítulo 6 Normas Fundamentais do Processo Civil Brasileiro	157
6.1 Normas fundamentais na Constituição Federal.....	157
6.1.1 Estrutura normativa do Direito Processual Civil na Constituição Federal: os princípios e regras processuais constitucionais	158
6.1.2 As regras processuais na Constituição Federal	161
6.1.3 Princípios processuais constitucionais: características e funções .	163
6.1.3.1 Características dos princípios processuais constitucionais	164

a) O <i>status</i> de direito fundamental	164
b) A natureza de cláusula pétrea dos princípios e garantias processuais constitucionais	166
c) A dupla dimensão dos princípios processuais constitucionais: as dimensões objetiva e subjetiva.....	167
d) Os vários destinatários dos princípios processuais constitucionais	169
e) A aplicabilidade imediata dos princípios processuais constitucionais	171
f) A tendência dos princípios constitucionais de entrarem em conflito e a necessidade de solução pela aplicação da proporcionalidade.....	172
6.1.3.2 As diversas funções dos princípios processuais constitucionais no ordenamento jurídico.....	176
6.1.4 Normas fundamentais de Direito Processual Civil na Constituição Federal: elenco dos princípios processuais constitucionais	179
6.1.4.1 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e do acesso à Justiça (art. 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal)	180
6.1.4.2 Princípio do contraditório.....	182
6.1.4.3 Princípio da ampla defesa	185
6.1.4.4 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	186
6.1.4.5 Princípio da motivação das decisões judiciais.....	189
6.1.4.6 Princípio da publicidade	193
6.1.4.7 Princípio do juiz natural e da vedação de tribunais de exceção	195
6.1.4.8 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	199
6.1.4.9 Princípio da duração razoável do processo.....	203
6.1.4.10 Princípio do devido processo legal.....	209
6.1.4.11 Princípio da isonomia no processo civil: a dupla perspectiva do princípio da igualdade para o processo	211

6.1.4.12	Princípio da assistência judiciária integral e gratuita	217
6.1.4.13	Princípio da definitividade das decisões judiciais (coisa julgada)	219
6.2	Normas fundamentais no Código de Processo Civil	222
6.2.1	Art. 1º do CPC: Princípio da conformidade com a Constituição e princípio do devido processo legal	227
6.2.2	Art. 2º do CPC: Princípios do dispositivo, do impulso oficial e inércia jurisdicional	228
6.2.3	Art. 3º do CPC: Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e do acesso à Justiça e princípio da preferência pela solução consensual de conflitos	231
6.2.4	Art. 4º do CPC: Princípio da efetividade do processo, princípio da preferência pela solução integral de mérito e (re) afirmação do princípio da duração razoável do processo	234
6.2.5	Art. 5º do CPC: Princípio da boa-fé objetiva	237
6.2.6	Art. 6º do CPC: Princípio da cooperação	240
6.2.7	Art. 7º do CPC: Princípio da igualdade (paridade de armas) e dever do juiz de zelar pelo efetivo contraditório	245
6.2.8	Art. 8º do CPC: Princípios da dignidade da pessoa humana, proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, eficiência e dever de atendimento aos fins sociais e às exigências do bem comum	247
6.2.9	Arts. 9º e 10 do CPC: O contraditório prévio e substancial e a vedação de decisões surpresa	252
6.2.10	Art. 11 do CPC: Princípios da publicidade e motivação	257
6.2.11	Art. 12: Ordem cronológica de julgamento	257
Capítulo 7	Funções Essenciais à Justiça	261
7.1	Ministério Público	262
7.1.1	Estrutura e carreiras integrantes do Ministério Público	265
7.1.2	Especialmente sobre os papéis do Ministério Público no Processo Civil	267
a)	Ministério Público, autor de ações coletivas	267

b) Ministério Público, fiscal da ordem jurídica	268
7.2 Advocacia Pública	270
7.3 Defensoria Pública	273
7.3.1 Estrutura e carreiras integrantes da Defensoria Pública	275
7.4 Advocacia	276
Capítulo 8 Ação	281
8.1 Considerações iniciais	281
8.2 Conceito de ação e sua evolução histórica	282
8.3 Elementos da ação	284
a) Partes	285
b) Pedido	287
c) Causa de pedir	289
8.4 Condições da ação	291
a) Legitimidade de partes	292
b) Interesse de agir	294
8.5 Formas de arguição e verificação e consequências da decretação das irregularidades relativas às condições da ação	296
8.5.1 Especialmente sobre a dinâmica de arguição de ilegitimidade passiva	297
8.6 Especialmente sobre a subsistência da categoria condições da ação no Código de Processo Civil de 2015	298
Capítulo 9 Processo	301
9.1 Processo: método, relação processual e procedimento	301
9.1.1 Classificação do processo e procedimento	303
9.2 Relação processual: os sujeitos do processo	307
9.2.1 Do juiz: deveres e poderes do juiz	307
9.2.1.1 Deveres do juiz	309
a) Dever de prestar jurisdição	309
b) Dever de conduzir o processo e de zelar por sua regularidade	311

c) Dever de tratar as partes com igualdade.....	312
d) Dever de promover a autocomposição.....	313
e) Dever de obstar que as partes, em conluio, atinjam, por meio do processo, objetivos proibidos por lei...	314
f) Dever de zelar pela sua imparcialidade	315
g) Dever de adstrição ao pedido.....	316
9.2.1.2 Dos poderes do juiz	316
a) Poder Decisório	317
b) Poder Ordinatório.....	318
c) Poder Instrutório.....	319
d) Poder Sancionatório	320
e) Poder Executório	321
9.2.2 Auxiliares da Justiça.....	322
9.2.2.1 Dos auxiliares permanentes	324
a) Do escrivão ou chefe de secretaria e dos escreven- tes	324
b) Do oficial de justiça.....	325
c) Os conciliadores e mediadores	326
9.2.2.2 Auxiliares eventuais	328
a) Perito	328
b) Tradutores e intérpretes.....	330
c) Administradores e depositários.....	330
9.2.3 Partes.....	332
9.2.3.1 Direitos das partes	333
a) Generalidades sobre os direitos das partes de reque- rer, alegar e provar	334
b) Especialmente sobre os direitos de ação e a uma res- posta jurisdicional do autor.....	338
c) Especialmente sobre o direito à ciência da existência do processo e do andamento do procedimento... ..	339
d) Especialmente sobre o direito de defesa	341

e) Direito de provar e o ônus da prova	342
f) Direitos das partes e ônus processual	346
g) Especialmente sobre direitos processuais e alegações que não precluem	348
9.2.3.2 Deveres das partes	349
9.3 Pluralidade de partes	352
9.3.1 Litisconsórcio: conceito e cabimento.....	352
9.3.2 Classificação do litisconsórcio.....	356
a) Classificação segundo a posição das partes: litisconsórcio ativo, passivo e misto	356
b) Classificação segundo a obrigatoriedade de sua formação: litisconsórcio necessário e facultativo	357
c) Classificação segundo o resultado: litisconsórcio unitário e simples	359
d) Classificação segundo o momento de sua formação: litisconsórcio inicial e ulterior	361
9.3.3 Poderes dos litisconsortes	362
9.3.4 Prazo dos litisconsortes.....	363
Capítulo 10 Pressupostos Processuais de Existência, Constituição e Desenvolvimento Válido e Regular do Processo.....	365
10.1 Considerações iniciais.....	365
10.2 Pressupostos processuais de existência	366
10.3 Pressupostos processuais de validade	368
a) Competência absoluta.....	369
b) Imparcialidade	374
c) Petição inicial apta	376
d) Citação válida	379
e) Capacidade de ser parte	383
f) Capacidade processual (de estar em juízo).....	388
g) Capacidade postulatória.....	393

10.3.1 A correção da tríple capacidade mediante sucessão de partes, representantes e procuradores.....	395
a) Sucessão de parte.....	395
b) Substituição do representante da parte	397
c) Substituição do advogado	398
10.4 Pressupostos processuais negativos	399
a) Litispendência	400
b) Coisa julgada material	401
c) Perempção.....	402
d) Convenção de arbitragem.....	403
10.5 Formas de arguição e verificação de consequências da decretação das irregularidades relativas aos pressupostos processuais	404
a) Competência absoluta.....	407
b) Imparcialidade	407
c) Petição inicial apta	408
d) Citação válida	408
e) Capacidade de ser parte	409
f) Capacidade processual (de estar em juízo).....	409
g) Capacidade postulatória.....	410
h) Litispendência.....	410
i) Coisa julgada material	410
j) Perempção	411
k) Convenção de arbitragem.....	411
Capítulo 11 Formação, Suspensão e Extinção do Processo	413
11.1 Considerações iniciais	413
11.2 Da formação do processo.....	413
11.3 Suspensão do processo	415
11.3.1 Hipóteses de suspensão do processo relacionadas à tríple capacidade das partes.....	416
a) Suspensão por morte da parte	417

b) Suspensão por morte do representante da parte.....	418
c) Suspensão por morte do advogado da parte.....	420
d) Suspensão por perda da capacidade da parte, de seu representante legal ou de seu advogado.....	420
11.3.1.1 Dos efeitos da decretação da suspensão do processo por morte ou perda da capacidade das partes, de seus representantes ou seus procuradores.....	421
11.3.2 Demais hipóteses de suspensão do processo	422
a) Suspensão por convenção das partes.....	423
b) Suspensão por arguição de impedimento ou suspeição ...	424
c) Suspensão pela admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	425
d) Suspensão por existência de questão prejudicial.....	426
e) Suspensão do processo “por motivo de força maior”	428
f) Suspensão nos demais casos que o Código regula	429
g) Suspensão por parto ou adoção pela advogada ou paternidade do advogado	430
11.4 Extinção do processo	430
11.4.1 Extinção do processo sem resolução do mérito.....	434
a) Indeferimento da petição inicial.....	435
b) Extinção por negligência das partes	437
c) Extinção por abandono do autor	438
d) Extinção por ausência de pressupostos processuais de validade	439
e) Extinção por existência de litispendência, coisa julgada ou preempção.....	441
f) Extinção por ausência de condições da ação.....	442
g) Extinção por acolhimento de alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência	443
h) Extinção por desistência da ação.....	445

i) Extinção pela morte da parte e intransmissibilidade do direito discutido em juízo	446
j) Extinção em outras hipóteses previstas no Código	447
11.4.2 Extinção do processo com resolução do mérito	447
a) Extinção por julgamento do pedido	448
b) Extinção por homologação de transação, renúncia e o reconhecimento jurídico do pedido.....	450
Capítulo 12 Atos Processuais.....	453
12.1 Atos jurídicos em geral, atos jurídicos processuais e fatos processuais..	453
12.2 Classificação dos atos processuais.....	454
12.2.1 Classificação segundo o sujeito que os pratica	454
a) Atos da parte.....	454
b) Especialmente sobre os negócios processuais.....	456
c) Atos do juiz e dos auxiliares da Justiça.....	457
d) Especialmente sobre os atos decisórios do juiz.....	460
12.2.2 Atos processuais formais, orais e materiais	462
12.3 Forma dos atos processuais.....	464
12.4 Do lugar dos atos processuais	467
12.4.1 A sede do juízo e os atos praticados fora dos limites territoriais.	469
12.5 Tempo dos atos processuais	470
12.6 Prazos processuais	472
12.6.1 Os prazos processuais no Código de Processo Civil	472
12.6.2 Classificação dos atos processuais.....	473
a) Classificação segundo a fonte de fixação	473
b) Prazos dilatórios e peremptórios.....	475
c) Prazos próprios e impróprios	477
12.6.3 Fluência e contagem dos prazos processuais.....	479
12.6.4 Prazos especiais	481
12.6.5 Suspensão e interrupção dos prazos processuais.....	482
12.6.6 Descumprimento dos prazos processuais e preclusão	484

Capítulo 13	Nulidades do Processo e dos Atos Processuais	487
13.1	Generalidades	487
13.2	Caracterização das nulidades	487
13.3	Classificação das nulidades	488
	a) Nulidades absolutas e nulidades relativas	488
	b) Nulidades cominadas e nulidades não cominadas	492
	c) Nulidades sanáveis e nulidades insanáveis	493
13.4	Critérios orientadores da decretação das nulidades	494
13.5	Normas orientadoras das consequências da decretação das nulidades sobre os demais atos do processo	496
13.6	Dinâmica da verificação e declaração da nulidade dos atos processuais	497
Capítulo 14	Os Custos Financeiros do Processo	499
14.1	Generalidades	499
14.2	Custas judiciais	500
14.3	Honorários advocatícios	502
14.4	Demais despesas processuais	504
14.5	Ônus de prévio recolhimento das custas e demais despesas processuais	505
14.6	Responsabilidade pelo pagamento das custas, honorários e demais despesas processuais em razão da sucumbência	506
	14.6.1 Especialmente sobre a sucumbência recíproca	509
14.7	Regime das custas, honorários advocatícios e demais despesas nos processos que envolvem entes públicos	510
14.8	Gratuidade da Justiça	512
	a) Dinâmica da concessão da Justiça gratuita no que tange às custas judiciais	515
	b) Dinâmica da concessão da Justiça gratuita em relação aos honorários advocatícios	516
	c) Dinâmica da concessão da Justiça gratuita em relação às demais despesas processuais	517

14.8.1 Aspectos procedimentais do requerimento e da concessão da Justiça gratuita	518
Capítulo 15 Competência	521
15.1 Generalidades	521
15.2 Parâmetros normativos para a definição da competência	523
15.2.1 Critérios genéricos de repartição de competência	525
a) Competência em razão da matéria (critério material)	526
b) Competência em razão da pessoa (critério pessoal)	526
c) Competência funcional	527
d) Competência territorial	528
e) Competência em razão do valor da causa	528
15.3 Metodologia de aplicação das normas de repartição de competência ..	529
15.4 Limites da jurisdição nacional	531
15.5 Identificação da competência originária dos tribunais superiores mediante a aplicação das normas específicas e excepcionais	533
15.6 Repartição de competência entre as “Justiças” mediante aplicação dos critérios genéricos de repartição de competência	534
15.7 Identificação da competência originária dos tribunais de segundo grau	536
15.8 Identificação do foro competente mediante aplicação do critério territorial de repartição de competência	537
15.9 Identificação da competência dos juizados especiais mediante aplicação dos critérios matéria e valor da causa	539
15.10 Identificação da vara competente mediante aplicação dos critérios matéria, pessoa ou função	541
15.11 O desrespeito às normas de competência e respectivas consequências processuais	543
15.11.1 Competência absoluta e relativa	543
15.11.2 Consequências processuais do desrespeito aos critérios de competência absoluta	545

15.11.3 Consequências processuais do desrespeito aos critérios de competência relativa	546
15.12 Modificação da competência	547
15.12.1 Modificação por convenção das partes.....	549
15.12.2 Modificação por prorrogação de competência	550
15.12.3 Modificação por conexão, continência ou risco de decisões conflitantes	551
15.13 Conflito de competência.....	554
Capítulo 16 Intervenções de Terceiros	557
16.1 Considerações iniciais	557
16.2 Classificação dos terceiros e das modalidades de intervenção	560
16.3 Modalidades de intervenção de terceiros voluntárias.....	566
16.3.1 Assistência simples	566
16.3.1.1 Conceito, cabimento e finalidade	566
16.3.1.2 Poderes do assistente simples	568
16.3.1.3 Coisa julgada e justiça da decisão para o assistente	570
16.3.2 Assistência litisconsorcial	572
16.4 Modalidades de intervenção de terceiros provocadas.....	573
16.4.1 Denúnciação da lide	574
16.4.1.1 Conceito, cabimento e finalidade	574
16.4.1.2 Procedimento e dinâmica da relação processual após a denúnciação à lide.....	577
16.4.2 Chamamento ao processo	579
16.4.2.1 Conceito, cabimento e finalidade	579
16.4.2.2 Procedimento e dinâmica da relação processual após o chamamento ao processo	580
16.4.3 Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	582
16.4.3.1 Premissas para a compreensão	582
16.4.3.1.1 Pressupostos materiais para a desconconsideração da personalidade jurídica	585
16.4.3.1.2 A desconconsideração da personalidade jurídica inversa	587

16.4.3.2	Hipóteses de cabimento, legitimidade e finalidade...	587
16.4.3.3	Procedimento e dinâmica da relação processual após a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	588
16.5	<i>Amicus curiae</i>	589
16.5.1	Generalidades	589
16.5.2	Legitimidade para intervir na qualidade de <i>amicus curiae</i>	592
16.5.3	Atuação do <i>amicus curiae</i> : limites e possibilidades	594
16.6	Outras modalidades de intervenção de terceiros fora do capítulo específico do Código de Processo Civil	595
16.6.1	Recurso de terceiro prejudicado	596
16.6.2	Ampliação subjetiva do processo via reconvenção	597
16.6.3	Integração de terceiros decorrente da alegação de ilegiti- midade passiva	599
16.6.4	Embargos de terceiro	600
16.6.5	Intervenção de terceiros por ordem do juiz	601
	Referências	605